

**Concessionária da Rodovia Osório
Porto Alegre S.A. (Concepa)**

**Demonstrações Financeiras elaboradas
de acordo com as Normas Internacionais
de Relatórios Financeiros (IFRS)**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2014
Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2014**



Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações financeiras	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013	12

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Visconde do Rio Branco, 1322 –
2º andar – Cj. 201 – Centro
Empresarial Tancredo Neves
Curitiba | PR | Brasil

T +55 41 4063.9791
www.grantthornton.com.br

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S.A. (Concepa)
Santo Antônio da Patrulha – RS

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S.A. (Concepa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as Demonstrações Financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S.A. (Concepa) em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

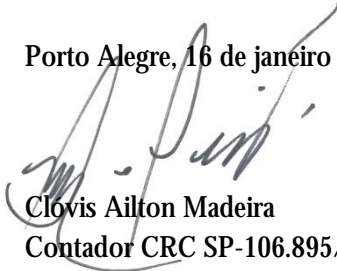
Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 16 de janeiro de 2014.

Porto Alegre, 16 de janeiro de 2015.



Clovis Ailton Madeira
Contador CRC SP-106.895/O-1 “S” – RS

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 “S” – RS

Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - Concepa

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	54.861	5.633
Contas a receber de clientes	5/7	116.282	14.710
Adiantamentos a empregados		30	29
Adiantamentos a fornecedores		205	79
Impostos a recuperar	6	29	8
Adiantamento partes relacionadas	11	62.500	-
Despesas antecipadas		545	550
Total do ativo circulante		234.452	21.009
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.a	1.033	1.267
Depósitos judiciais		654	360
Intangível	8	258.796	298.769
Total do ativo não circulante		260.483	300.396
Total do ativo		494.935	321.405
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		10.756	5.386
Empréstimos e financiamentos	9	-	34.845
Debêntures	10	47.155	39.298
Salários, provisões e contribuições sociais		1.634	1.110
Impostos a recolher	12	4.851	6.346
Juros sobre capital próprio a pagar		268	328
Empresas ligadas - Fornecedores	11	8.521	1.262
Outras obrigações		-	245
Total do passivo circulante		73.185	88.820
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Debêntures	10	263.066	97.576
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.a	39.192	34.602
Impostos a recolher	12	481	865
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	772	604
Receitas diferidas	13	999	1.307
Total do passivo não circulante		304.510	134.954
Patrimônio líquido			
Capital social	14	96.000	88.421
Reservas de capital		74	74
Reserva de lucros		21.166	9.136
Total do patrimônio líquido		117.240	97.631
Total do passivo		494.935	321.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - Concepa

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido ou prejuízo por ação)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	23	388.551	248.558
Custo dos serviços prestados			
Custo construção - Ativos de concessão		(106.745)	(37.450)
Custos dos serviços prestados		(70.583)	(68.127)
Amortização do intangível	8	(84.814)	(68.396)
Total do custo dos serviços prestados		(262.142)	(173.973)
Lucro bruto		126.409	74.585
Receitas/(despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(20.221)	(13.288)
Remuneração dos administradores		(2.656)	(1.266)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas		14	5.629
Total das despesas operacionais		(22.863)	(8.925)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		103.546	65.660
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	279	783
Despesas financeiras	24	(22.927)	(20.489)
		(22.648)	(19.706)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		80.898	45.954
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(20.580)	(18.911)
Diferido		(4.825)	5.719
	17.b	(25.405)	(13.192)
Lucro líquido do exercício		55.493	32.762
Lucro líquido por ação - R\$ (básico e diluído)		0,578	0,371

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - Concepa

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	55.493	32.762
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	<u>55.493</u>	<u>32.762</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - Concepa

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros						Proposta de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros retidos	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2012	75.800	74	1.892	13.092	1.384	151	-	-	92.393
Aumento de capital com lucros retidos	12.621	-	-	(12.621)	-	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(2.867)	-	-	-	-	2.867	-
Impostos incidentes sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	975	-	-	-	-	(975)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(27.524)	-	-	-	32.762	32.762
Dividendos pagos	-	-	-	(27.524)	-	-	-	-	(27.524)
Distribuição de dividendos adicional	-	-	-	14.786	-	-	-	(14.786)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	8.213	-	-	-	(8.213)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	4.525	-	-	-	(4.525)	-
Constituição de reservas	-	-	-	5.328	1.638	164	-	(7.130)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	88.421	74	-	5.799	3.022	315	-	-	97.631
Aumento de capital com lucros retidos	7.579	-	-	(7.579)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(35.884)	-	-	-	55.493	55.493
Dividendos pagos	-	-	-	(35.884)	-	-	-	-	(35.884)
Distribuição de dividendos adicional	-	-	-	18.990	-	-	-	(18.990)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	13.110	-	-	-	(13.110)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	3.784	-	-	-	(3.784)	-
Constituição de reservas	-	-	-	16.557	2.775	277	-	(19.609)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	96.000	74	-	14.777	5.797	592	-	-	117.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - Concepa

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	55.493	32.762
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas		
Atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.857	(5.719)
Amortização e depreciação	84.814	68.396
Baixa de intangível	(12)	4
Variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	22.607	19.741
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	(126)	263
Receitas diferidas	(308)	(358)
	112.832	115.089
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(101.572)	(6.988)
Depósitos judiciais	-	-
Impostos a recuperar	(1.054)	571
Despesas antecipadas e outros valores a receber	(62.622)	7.649
	(165.248)	1.232
Aumento/(diminuição) dos passivos		
Fornecedores	5.370	(769)
Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	7.259	(5.905)
Obrigações sociais e trabalhistas	525	(295)
Impostos, taxas e contribuições	(1.879)	2.570
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	(282)	1.409
	10.993	(2.990)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	14.070	113.331
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Adições relativas aos ativos de concessão (intangível)	(44.852)	(37.462)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(44.852)	(37.462)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(35.885)	(33.147)
Captações através de empréstimos, financiamentos e debêntures	301.700	46.490
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(160.200)	(62.100)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(25.605)	(25.668)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	80.010	(74.425)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	49.228	1.444
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5.633	4.189
No fim do exercício	54.861	5.633
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	49.228	1.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - Concepa

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
Receitas	411.198		270.789	
Receitas de pedágio e acessórias	268.485		230.472	
Outras receitas	142.713		40.317	
Insumos adquiridos de terceiros	(182.915)		(100.969)	
Custo dos serviços vendidos	(169.376)		(98.760)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(13.539)		(2.209)	
Valor adicionado bruto	228.283		169.820	
Retenções	(84.814)		(68.396)	
Depreciação e amortização	(84.814)		(68.396)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	114.469		101.424	
Valor adicionado recebido em transferência	279		783	
Receitas financeiras	279		783	
Valor adicionado total a distribuir	143.748		102.207	
Distribuição do valor adicionado	143.748	100%	102.207	100%
Remuneração do trabalho (salários e encargos)	17.276	12%	13.533	13%
Remuneração do governo (impostos, taxas e contribuições)	40.700	28%	26.348	26%
Remuneração do capital de terceiros (juros e aluguéis)	30.279	21%	27.672	27%
Remuneração do capital próprio e dividendos	-	0%	1.892	2%
Lucros retidos	55.493	39%	32.762	32%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

1. Informações sobre a Companhia

A Companhia tem por objeto a exploração, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, da rodovia BR-290/RS, no trecho Osório-Porto Alegre, entroncamento BR-116 (entrada para Guaíba) e dos respectivos acessos, inclusive realizando a recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação. O prazo de duração da Companhia será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER, posteriormente substituído pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, nos termos dos Editais nº 0292/93-00 (Fase I), 0292/93-00 (Fase II) e 0292/93-00 (Fase III) - com prazo fixado de 20 anos a partir de 4 de julho de 1997, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Companhia e o poder concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos as estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo IASB que são efetivas para as demonstrações financeiras findas de 31 de dezembro de 2014.

Destacamos abaixo a prática contábil de Ativo Financeiro, apresentada a partir do segundo trimestre em virtude do 13º aditivo ao contrato de concessão assinado pela Concessionária juntamente com o poder concedente ANTT, em 16 de abril de 2014.

Na apropriação da receita, custo e contas a receber com a construção da rodovia, são observados os procedimentos estabelecidos pelos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), especificamente relacionados aos Pronunciamentos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

A Companhia não mantém investimentos em outras sociedades e não apresenta, nas datas das demonstrações financeiras, ativos não circulante classificados como mantidos para venda ou relacionados a operações descontinuadas.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 - Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado são mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de construção-- Continuação

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.4. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a companhia não apresenta itens que requeiram registro diretamente no Patrimônio Líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre receitas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre receitas exceto:

- Quando os impostos sobre receitas incorridas na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Impostos--Continuação

Impostos sobre receitas--Continuação

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre receitas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de pedágios estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	3,00%
PIS - Programa de Integração Social	0,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%

As receitas são apresentadas na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de serviços).

2.5. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, aplicações, e outros recebíveis. A Companhia classifica seus instrumentos nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Não há, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. Não há em 31 de dezembro de 2014 e 2013 valores que requeiram ajuste a seu valor presente.

2.7. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia, relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

2.8. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, nas datas do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública, são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Ativos intangíveis--Continuação

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subseqüentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O ativo intangível reconhecido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 que teve como origem o saldo do ativo imobilizado registrado desde o início da concessão, que estava demonstrado ao custo de aquisição, construção e reavaliação espontânea realizada para a data-base de 31 de dezembro de 2003 e posteriormente para a data-base de 31 de outubro de 2007.

O critério definido para amortização do ativo intangível, é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros-- Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.11. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.12. Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos (período remanescente do atual contrato de concessão) e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não existiam incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A existência de incerteza poderia requerer a constituição de provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais.

Estimativas e premissas--continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e bancos	54.861	5.633
	<u>54.861</u>	<u>5.633</u>

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por saldos disponíveis em conta corrente.

5. Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os valores a receber de administradoras de cartões de terceiros, do 13º aditivo e do uso da faixa de domínio, são assim representados:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Via Fácil	8.963	6.808
DBTrans	1.941	2.336
VISA	732	570
Conectcar	83	-
Uso faixa de domínio	4.980	4.980
ANTT 13º aditivo	99.266	-
Outras contas a receber	317	16
Ativo circulante	<u>116.282</u>	<u>14.710</u>

6. Impostos a recuperar

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
IRRF a recuperar	21	-
INSS a recuperar	8	8
Ativo circulante	<u>29</u>	<u>8</u>

7. Ativo Financeiro

A Companhia em 16 de abril de 2014, recebeu através do 13º aditivo ao contrato de concessão, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), sua agência reguladora, autorização para a execução da quarta faixa da BR-290/RS de Porto Alegre até a cidade de Gravataí.

A obra prevê alargamento das pistas da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118. Além disso estão previstas outras obras complementares que integram o mesmo projeto.

7. Ativo Financeiro -- continuação

A fim de manter equilíbrio do contrato, o Governo Federal terá até 31 de dezembro de 2015 para aportar o valor equivalente a R\$ 244 milhões. No caso de não cumprimento do aporte, poderá prorrogar automaticamente o contrato por período que permita o reequilíbrio do mesmo.

Para que a obra seja executada, a companhia captará recursos no mercado.

Até 31 de dezembro de 2014 a Companhia contabilizou o montante de R\$99.266 de receita de construção referente ao contrato mencionado.

8. Intangível

Custo	Pavimentos	Ampliação capacidade	Computadores e softwares	Intangível em andamento	Outros intangíveis	Total
Saldo em 2013	220.459	402.840	21.223	21.250	38.288	704.060
Construções/Aquisições	-	-	3.315	36.825	4.712	44.852
Baixas	-	-	-	-	(11)	(11)
Transferências	-	46.713	-	(51.210)	4.497	-
Saldo em 2014	220.459	449.553	24.538	6.865	47.486	748.901
Saldo em 2013	159.262	202.415	15.214	-	28.400	405.291
Amortização	27.923	34.431	6.851	-	15.609	84.814
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 2014	187.185	236.846	22.065	-	44.009	490.105
Valor residual líquido						
Saldo em 2013	61.197	200.425	6.009	21.250	9.888	298.769
Saldo em 2014	33.274	212.707	2.473	6.865	3.477	258.796

9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos podem ser assim demonstrados:

	2014		2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Financiamento - capital de giro				
Santander	-	-	34.845	-
	-	-	34.845	-

Financiamento - capital de giro

Em 15 de dezembro de 2014, a companhia quitou seus financiamentos de conta garantida junto ao Santander .

10. Debêntures

	Indexador	Taxa de juros	2014	2013
5ª Emissão	100%DI	1,95% a.a	103.601	139.472
6ª Emissão	100%DI	2,50% a.a	210.570	-
			314.171	139.472
Gastos com emissão			(3.950)	(2.598)
			310.221	136.874
Passivo circulante			(47.155)	(39.298)
Passivo não circulante			263.066	97.576

a) 5ª Emissão

São 16.000 debêntures públicas, simples e não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem emissão de cautela ou certificados, ao valor nominal de R\$10.000,00 cada, com emissão em 01 de março de 2012, sua garantia é real e contarão com garantia adicional fidejussória. O prazo de vencimento das debêntures é de 4 anos e 6 meses a contar da data de emissão, com vencimento final em 01 de setembro de 2016. O valor nominal de cada debênture será amortizado em 8 parcelas semestrais.

Os recursos das debêntures ingressaram na companhia em 23 de março de 2012 no montante de R\$160.000, e foram utilizados para a quitação do empréstimo do Banco Votorantim e recomposição do caixa da companhia.

As debêntures serão atualizadas através de 100% das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DI), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 1,95% ao ano. Sua amortização é semestral, sendo o primeiro vencimento em 01 de março de 2013 e o último em 01 de setembro de 2016.

A remuneração é paga semestralmente a partir da data de emissão das debêntures, sendo que o primeiro pagamento efetuado foi em 01 de setembro de 2012 e o último será devido na data de vencimento das debêntures.

O valor relativo aos gastos com colocação de debêntures no mercado foi classificado no passivo como redutor do saldo a pagar e está sendo amortizado pelo prazo de vencimento das debêntures.

A escritura inclui uma cláusula restritiva ("Covenants") com a obrigação de manter a relação entre a dívida líquida o EBTIDA, não superior ao descrito abaixo:

10. Debêntures—Continuação

a) 5ª Emissão --Continuação

Relação dívida líquida/EBTIDA:

- 1,50x em 2014;
- 1,25x em 2015;
- 0,75x em 2016.

b) 6ª Emissão

São 210 debêntures públicas, simples e não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem emissão de cautela ou certificados, ao valor nominal de R\$1.000.000,00 cada, com emissão em 24 de novembro de 2014, sua garantia é real e contarão com garantia adicional fidejussória.

O prazo de vencimento das debêntures é de 18 meses a contar da data de emissão

Os recursos das debêntures ingressaram na companhia em 15 de dezembro de 2014 no montante de R\$210.000, serão destinados a implantação e desenvolvimento da concessão e aquisição de equipamentos

As debêntures serão atualizadas através de 100% das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DI), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 2,50% ao ano. Sua amortização é 2,3% em 24/01/2016, 6,9% em 24/04/2016 e o saldo em 24/05/2016.

A remuneração é paga mensalmente a partir da data de emissão das debêntures, sendo que o primeiro pagamento efetuado foi em 24 de dezembro de 2014 e o último será devido na data de vencimento das debêntures.

O valor relativo aos gastos com colocação de debêntures no mercado foi classificado no passivo como redutor do saldo a pagar e está sendo amortizado pelo prazo de vencimento das debêntures.

A escritura inclui uma cláusula restritiva (“Covenants”) com a obrigação de manter a relação entre a dívida líquida o EBTIDA, não superior ao descrito abaixo:

Relação dívida líquida/EBTIDA:

- 1,50x em 2014;
- 1,25x em 2015;
- 1,00x em 2016.

10. Debêntures—Continuação

b) 6ª Emissão --Continuação

O fluxo de amortização das debêntures será como segue:

	2014	2013
2014	-	34.845
2015	66.475	47.629
2016	243.745	54.400
	310.220	136.874

Até 31 de dezembro de 2014 todos os índices de covenants estão sendo respeitados.

11. Transações com partes relacionadas

No tocante as transações realizadas junto às empresas Rio Guaíba, Consórcio TRS e Maestra Logística as mesmas referem-se basicamente a operações de prestação de serviços, para recuperação, manutenção, conservação e ampliação da rodovia, e foram geradas, quanto a prazos, encargos e garantias, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de prestação de serviços. Encontra-se incluído no contrato junto ao Consórcio TRS e Maestra Logística, as obras referentes ao 13º terceiro aditivo

Os preços e quantidades estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, em condições similares ao mercado, e todas as obras são fiscalizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Os saldos e transações com partes relacionadas são compostos como segue:

	Pagamentos pela construção de ativo de concessão		Despesas							
			Ativos (Adiantamentos)		Passivos (Fornecedores)		Conservação/Manutenção		Arrecadação/operação	
			2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
TRS	14.015	5.856	-	-	5.856	1.247	28.228	-	-	-
Triunfo Part	-	2.474	-	-	2.474	-	-	-	-	-
Rio Guaíba	-	191	30.000	-	191	15	36.730	35.186	13.372	12.761
Maestra Log	-	-	32.500	-	-	-	-	-	-	-
Total	14.015	8.521	62.500	0	8.521	1.262	64.958	35.186	13.372	12.761

Legenda:
 Consorcio Construtor TRS
 Triunfo Participações AS
 Rio Guaiba Serv. Rodoviários Ltda.
 Maestra Logística SA.

11. Transações com partes relacionadas-- continuação

A Concessionária contratou a empresa Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda., para realizar a prestação de serviços especializados de operação da rodovia, serviços de manutenção, conservação, serviço de mão de obra especializada para operação dos sistemas de arrecadação das praças de pedágio e Serviços de Orientação ao Usuário (SOU) os quais são realizados no trecho sob responsabilidade da Companhia.

Valores contratuais:

a) Contratos de operação e arrecadação

No contrato de operação firmado entre a Companhia e Rio Guaíba estão previstos a prestação de serviços especializados de atendimento médico pré-hospitalar, socorro mecânico (guincho e resgate), recolhimento de animais na pista, sistema de pesagem, sistema de rádios e transporte de pessoal.

b) Contrato de conservação e manutenção

No contrato de conservação/manutenção firmado entre a Companhia e Rio Guaíba estão previstos a realização de serviços em obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança e pavimentos. Foram firmados preços unitários para cada tipo de serviço.

Os valores foram estabelecidos entre as partes, respeitando os preços regulados pela ANTT, estando, portanto, a seus valores de mercado.

Em 01 de dezembro de 2014, a concessionária contratou a empresa Maestra Logística SA., para realizar a prestação de serviços especializados administração das obras do contrato de concessão, serviços de manutenção do pavimento rígido e manutenção do pavimento flexível, manutenção das obras de arte os quais são realizados no trecho sob responsabilidade da Companhia, num valor global de R\$44 milhões de reais até o final da concessão.

Outro contrato específico para administrar as obras da quarta faixa com previsão de execução até dezembro de 2015 no valor de R\$32.600 mil.

A sede administrativa da Companhia é alugada de parte relacionada. Em 31 de dezembro de 2014 a despesa com aluguel totalizou R\$469. Em 31 de dezembro de 2013 o valor era de R\$ 437.

12. Impostos a recolher

	2014	2013
Imposto de renda retido na fonte	72	70
ISSQN a pagar	1.537	1.323
IRPJ a pagar	1.627	3.659
CSSL a pagar	891	1.172
COFINS a pagar	862	749
PIS a pagar	187	162
Outros	156	76
	5.332	7.211
Passivo circulante	(4.851)	(6.346)
Passivo não circulante	481	865

Em julho de 2012, a Companhia realizou parcelamento de seus débitos junto a Receita Federal, em 58 parcelas, no montante de R\$1.858 (R\$592 IRPJ, R\$239 CSLL, R\$166 multa e R\$861 juros). Em 31 de dezembro de 2014, o saldo a pagar é de R\$866 (R\$1.250 em 31 de dezembro de 2013).

13. Receitas diferidas

As receitas diferidas correspondem às receitas decorrentes do contrato de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia firmado com a Embratel em 9 de setembro de 2007, líquidas dos impostos incidentes, cujos saldos estão demonstrados abaixo:

	2014	2013
Receita recebida antecipadamente	1.067	1.444
(-) Deduções da receita antecipada	(68)	(137)
	999	1.307

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Embratel pagará à Companhia uma remuneração total de R\$6.674, dos quais R\$3.888 foram antecipados em 23 de outubro de 2007. O saldo do contrato será recebido em 8 parcelas anuais de R\$331 mais R\$138 referentes ao último período, corrigidas anualmente pelo IGP-M.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado à rubrica de receitas acessórias de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Conselho de Administração da Companhia, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas datada em 29 de abril de 2013, possui autorização para aumentar seu capital social até o valor de R\$100.000.

Em 11 de abril de 2014 aumentou-se o capital social em 7.579 mil através de reservas de lucro. Em 31 de dezembro de 2014, o capital social é de R\$96.000, composto por 32.000.000 ações ordinárias e 64.000.000 ações preferenciais, totalizando 96.000.000 ações e em 31 de dezembro de 2013, o capital social era de R\$88.421, composto por 29.473.634 ações ordinárias e 58.947.366 ações preferenciais, totalizando 88.421.000 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos, no mínimo, 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias e prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

O capital social em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 está composto conforme demonstrativo:

	Ações		Total 2014	%	Total 2013	
	Ordinárias	Preferenciais				
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	31.999.999	64.000.000	95.999.999	100	88.420.999	100
Outros	1	-	1	-	1	100
	32.000.000	64.000.000	96.000.000	100	88.421.000	100

b) Reserva de lucros retidos

Constituída com base no resultado do exercício, ajustado pela realização da reserva de reavaliação, não distribuído no exercício.

c) Reserva legal e estatutária

De acordo com o estatuto social, deverá ser constituída uma reserva específica para restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão, através da aplicação do percentual de 0,5% sobre os lucros líquidos anuais da Companhia, até atingir o limite máximo de 10% do capital social.

15. Dividendos e Juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

	2014	2013
Lucro líquido do período/exercício	55.493	32.762
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	-	1.891
Reserva legal	(2.775)	(1.638)
Reserva Estatutária	(277)	(164)
Lucro disponível	52.441	32.851
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	(13.110)	(8.213)

A companhia distribuiu a seus sócios a título de Dividendos intercalares durante o ano de 2014 no valor de R\$32.100.

A companhia distribuiu aos seus acionistas até 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$3.784 a título de juros sobre capital próprio.

16. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e conseqüentemente não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2014		2013	
	Ordinárias	Preferências	Ordinárias	Preferências
Lucro líquido do período	55.493		32.762	
Total de ações (mil)	96.000		88.421	
Quantidade de ações (mil)	32.000	64.000	29.474	58.947
Média Ponderada de ações (mil)	31.369	62.737	28.422	56.844
Lucro líquido por ação	0,5528	0,6081	0,3602	0,3962

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia tem reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos, apresentando a seguinte natureza:

	2014			2013
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Ativo				
Provisão para contingências	193	70	263	205
Amortização de ágio advindo de incorporação	566	204	770	1.062
Ativo não circulante	759	274	1.033	1.267
Passivo				
Sobre ajuste de avaliação patrimonial	10.629	3.829	14.458	22.229
Sobre 13 aditivo 4 faixa II	8.917	3.210	12.127	-
Sobre amortizações ¹	8.886	3.196	12.082	12.373
Sobre custo financeiro	386	139	525	-
Passivo não circulante	28.818	10.374	39.192	34.602

1. Refere-se a diferença de amortização gerada pela aplicação do ICPC01 e o registrado para fins fiscais.

17. Imposto de renda e contribuição social--continuação

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos--continuação

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui registrado em seu balanço impostos diferidos referentes a despesas temporariamente não dedutíveis.

Não há prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social registrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são os seguintes:

	<u>2014</u>	<u>20</u>
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	80.898	45
Alíquota nominal (IR de 25 % e CS de 9 %)	34%	
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(27.505)	(15.
Adições ou Exclusões não dedutíveis, líquidas	(1.708)	2
Juros sobre capital próprio	3.784	
Parcela isenta do adicional de imposto de renda	24	
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(25.405)	(13.
Imposto de renda e contribuição social correntes	(20.580)	(18.
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.825	5

c) Lei 12.973 de 14 de maio de 2014

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627), transformada na Lei 12.973 em 14 de maio de 2014 que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na Lei passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da Lei 12.973, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da Lei 12.973 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da Lei. A Companhia decidiu por não fazer a opção neste exercício.

18. Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por três membros. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia.

Não existe na Companhia plano de bonificação adicional aos honorários dos membros do Conselho de Administração ou da diretoria executiva, ou quaisquer outros benefícios, sendo a remuneração composta unicamente por honorários.

O valor dos honorários pagos a diretoria executiva e ao Conselho de Administração, até 31 de dezembro de 2014 foi de R\$2.656 (R\$1.266 em 31 de dezembro de 2013).

19. Cobertura de seguros

A Companhia contratou, por força do contrato de concessão, cobertura de seguro na modalidade Seguro Garantia - Fiança com o objetivo de garantir a execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia.

As apólices possuem renovações anuais, sendo consideradas suficientes pela Administração da Companhia para cobrir os riscos inerentes de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “all risks” para danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetistas, maquinários e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avarias de máquinas e perda de receitas, cujas etapas e respectivas coberturas de seguro e prazo de vigência, estão abaixo relacionadas:

Marcos contratuais	Valor da importância segurada	Prazo de vigência
Risco patrimonial – Veículo	100% da tabela FIPE (i)	Jan/14 a Jan/15
Riscos patrimoniais, de engenharia e faturamento	588.314	Set/14 a Set/15
Garantia de execução da concessão	22.898	Jan/14 a Jan/15
Garantia Judicial	4.500	Mar/13 a Mar/16

(i) Preço médio de reposição, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para riscos são suficientes para cobrir perdas prováveis, como demonstradas abaixo:

	2014	Adições	Baixas	2013
Processos cíveis	773	169	-	604
Provisão para contingências	773	169	-	604

Em 31 de dezembro de 2014, os processos considerados possíveis pela assessoria jurídica somam o montante de R\$1.657(R\$334 em 2013) e referem-se basicamente indenizações de sinistros na rodovia e verbas rescisórias.

21. Despesas com benefícios a funcionários

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ordenados e salários	9.280	5.911
Custos de previdência social	2.217	1.904
Outros benefícios a funcionários	3.123	4.452
	<u>14.620</u>	<u>12.267</u>

A Companhia não concede a seus funcionários benefícios de aposentadoria, pós-emprego, remuneração baseada em ações ou nenhum outro tipo de benefício de longo prazo.

22. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas por função		
Custo dos serviços prestados	262.142	173.973
Despesas operacionais	22.863	8.925
	<u>285.005</u>	<u>182.898</u>
Despesas por natureza		
Custo de construção	43.147	37.450
Custo de construção 13º aditivo	63.598	-
Custo de serviços prestados	53.518	51.209
Custo de manutenção e conservação	14.243	5.198
Custos Contratuais com a concessão	5.425	4.778
Custos com operação Rodovia	2.020	1.473
Salários	17.276	13.533
Amortizações e depreciações	84.814	68.396
Demais custos e despesas	964	861
	<u>285.005</u>	<u>182.898</u>

23. Receita líquida de serviços

A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas de arrecadação	267.479	229.309
Receitas acessórias	1.006	1.163
Receita de construção - ativos de concessão	43.147	37.450
Receita de Construção- 13º aditivo	99.266	-
Outras Receitas	300	-
Receita bruta de serviços	411.198	267.922
Impostos incidentes sobre serviços	(22.647)	(19.364)
Receita líquida	<u>388.551</u>	<u>248.558</u>

24. Resultados financeiros, líquidos

O resultado financeiro líquido, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, está assim composto:

	2014	2013
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	268	754
Descontos obtidos	6	9
Juros recebidos	5	19
Outros	-	1
	279	783
Despesas financeiras		
Encargos sobre debêntures	(1.165)	(2.545)
Juros sobre financiamentos e capital de giro	(20.665)	(16.476)
Encargos sobre CCBs	-	(1.095)
Juros diversos	(101)	(116)
Outros	(996)	(257)
	(22.927)	(20.489)
	(22.648)	(19.706)

25. Compromissos

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia - PER, prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2014	12.265
2015	174
2016	174
2017	87
	12.700

25. Compromissos--continuação

Até 31 de dezembro de 2014 os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão, foram integralmente cumpridos.

A companhia contratou de parte relacionada o aluguel de sua sede. O contrato tem vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustáveis pelo IGPM e não há restrições à Companhia ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar a partir de 31 de dezembro de 2014, considerando que a Companhia espera renovar seu aluguel até o final do período de concessão, são os seguintes:

Ano	Valor
2015	464
2016	481
2017	254
	1.199

26. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- i. Empréstimos - são classificados como mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.
- ii. Debêntures - são classificados como mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos encargos e atualizações auferidos até a data do balanço.

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser relativo às tarifas de pedágio e no valor das suas ações. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda.

As análises de sensibilidade apresentadas a seguir referem-se à posição em 31 de dezembro de 2014.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida são todos eles valores constantes em 31 de dezembro de 2014.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

- A sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2014.
- Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data-base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2015 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.
- Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos e/ou resgates de aplicações.
- As informações sobre os indexadores utilizado no cálculo do cenário provável foram obtidas do Boletim Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil em 30 de dezembro de 2014.

a) *Risco de taxas de juros*

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

A análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros está abaixo indicada:

Empréstimos							
Operação	Risco	31/12/14	Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Debêntures 5 Emis	CDI	103.601	17.042	14.202	21.303	26.629	31.954
Debêntures 6 Emis	CDI	210.570	29.691	24.742	37.113	46.391	55.670
		314.171	46.733	38.944	58.416	73.020	87.624
Indexador*	CDI %		9,40	7,83	11,75	14,69	17,63

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

26. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado--Continuação

b) *Risco de preço e valor de mercado*

A presente estrutura tarifária cobrada nas 3 (três) praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato em 23,99% de TIR (Taxa Interna de Retorno).

c) *Risco regulatório*

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico - financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

26. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de crédito--Continuação

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez. O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2014 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Até um ano	De 2 a 5 anos	Total
Em 2014:			
Debêntures	69.092	245.079	314.171
	69.092	245.079	314.171
Incluindo projeção para juros futuros			
	Até um ano	De 2 a 5 anos	Total
Debêntures	96.806	290.325	387.131
	96.806	290.325	387.131

Gestão do capital social

O capital social inclui ações preferenciais.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

26. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Gestão do capital social--Continuação

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.